



ID: 39683867

17-01-2012

CAUSAS

- 1 Fiscalidade** O valor a pagar em impostos diretos e em contribuições para a Segurança Social é a principal causa da economia paralela. Os impostos indiretos e os subsídios e prestações sociais também contribuem.
- 2 Regulação** O excessivo peso do Estado na economia devido aos elevados níveis de consumo que geram necessidades de financiamento.
- 3 Mercado de trabalho** A alta taxa de desemprego leva as pessoas a encontrar alternativas, que passam pelo trabalho ilegal.

CONSEQUÊNCIAS

- 1 Concorrência** Distorções de concorrência entre as empresas que cumprem e as que não cumprem as suas obrigações fiscais e outras.
- 2 Fiscalidade** Redução das receitas fiscais auferidas pelo Estado.
- 3 Incerteza** Gera um clima de incerteza na estabilização da economia, uma vez que os indicadores para o desenvolvimento económico estão mal medidos e enviesados. No limite, faz com que as decisões políticas sejam muitas vezes desajustadas da realidade.

O QUE DIZEM OS EMPRESÁRIOS

“Exportadores não têm forma de fugir”



João Costa

TÊXTEIS. A economia paralela é uma realidade “que existe mesmo nos países mais organizados”, diz o líder da Associação Têxtil e Vestuário de Portugal. “Em alturas de maiores dificuldades, chegou a representar 20% na Alemanha”, garante João Costa, admitindo que em tempo de crise, como o que se vive, “haja tendência para aumentar”. Mas acredita que nos setores exportadores, como o seu, “não há margem” para a informalidade: “Não é possível exportar sem registo”. E lembra que tudo o que implique transportes “é muito controlado”.

“Impostos elevados incentivam a fuga”



Luís Reis

SERVIÇOS. O presidente da nova Confederação dos Serviços de Portugal alerta para o facto de o grau de informalidade de uma economia estar “diretamente correlacionado” com as “elevadas taxas de impostos”. Razão porque considera o estudo um “alerta importante”. Em Portugal “temos taxas muito elevadas”, o que é um “incentivo à economia paralela” que introduz uma “falta de competitividade” na economia real, afirma Luís Reis. O estudo, diz, deve ser visto “como um contributo para a reflexão sobre o modelo fiscal que temos no país”.

“Zero seria ideal, mas 0,68% não é mau”



Luís Mira

AGRICULTURA. O secretário-geral da Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP) admite que o ideal seria que a economia paralela no setor fosse de zero, mas reconhece que “0,68% não parece um problema assim tão grande”. Até porque, numa altura de crise e de subida de impostos, lembra, “a economia paralela tende a aumentar. É assim em qualquer país”. Contudo, Luís Mira acha que “há uma crescente consciencialização dos cidadãos em geral”, o que faz com que os números desta realidade “não sejam hoje tão elevados como noutros tempos”.

Economia paralela custou 40 mil milhões de euros ao Estado português

Estudo. Aumento dos impostos vai fazer disparar a fuga ao fisco, alertam analistas. Serviços são o sector onde a informalidade mais cresceu

ANA PAULA LIMA

O Estado português perdeu, só no ano passado, mais de 40 mil milhões de euros com a economia paralela. E as medidas de austeridade, sobretudo o agravamento de impostos, deverão fazer com que o país assista a uma subida significativa da informalidade, sobretudo no sector dos serviços, alertam os especialistas.

O Índice de Economia Não Registada (ENR), realizado pelo Observatório da Economia e Gestão da Fraude, mostra que, em 2010, a economia paralela teve um peso de 24,8% no produto interno bruto (PIB), lesando o Estado e a economia portuguesa em cerca de 32 mil milhões de euros, com base num produto interno bruto de 129 772 milhões de euros (a preços constantes apurados no ano 2000). Ou seja, a eliminação da economia paralela teria permitido baixar o défice público, nesse ano, de 8,6% para apenas 6,9% do PIB.

Mas a receita que os cofres do Estado português perderam em 2011 devido a fenómenos como a fuga ao fisco, tráfico de armas ou biscates será ainda maior, rondando os 40 mil milhões de euros.

Entre 2009 e 2010, o peso da informalidade aumentou de 24,2% do PIB para um máximo histórico de 24,8%, uma tendência que deverá agravar-se nos próximos anos.

“Esse crescimento não me causa grande surpresa”, refere o antigo secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, da equipa de Sousa Franco, António Carlos Santos.

“O ambiente de crise propicia isso, o aumento dos impostos também. Até não me espantaria se esses números estivessem subavaliados”, acrescenta do ex-secretário de Estado.

O estudo, da autoria de Nuno Gonçalves e Óscar Afonso, que foi apresentado ontem na Faculdade de Economia da Universidade do Porto (FEP), conclui que a economia paralela tem crescido devido, sobretudo, ao peso dos impostos diretos e indiretos e das contribuições para a Segurança Social, e mostra que o sector onde a informalidade é mais evidente é o dos serviços, atingindo uma percentagem no PIB de 17,6%. Uma realidade que não espanta a quem lida diariamente com estas questões.

O Estado para controlar este tipo de fenómenos “não pode menosprezar os chamados sectores terminais, que acabam no consumidor final”, defende o bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, Domingues de Azevedo.

Segundo o bastonário é “nas áreas que lidam com o consumidor final, como a construção civil, vestuário e confeção, restauração e cafés” que há mais facilidade para não se pedir fatura.

Domingues de Azevedo acredita que a atual administração fiscal tem “mais competência para lidar com a informalidade”, mas lembra que há uma “questão pedagógica” a ter em conta. “É preciso educar as populações para as consequências da informalidade”, conclui.



Cafés são um dos sectores onde é habitual não pedir faturas